



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ISABELY VITÓRIA CARUSO DA SILVA

**HISTÓRIA DA PSICOPEDAGOGIA E A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO
BRASIL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

São Carlos

2024

ISABELY VITÓRIA CARUSO DA SILVA

**HISTÓRIA DA PSICOPEDAGOGIA E A ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO
BRASIL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado na disciplina TCC II , como exigência para obtenção de título de Licenciada em Pedagogia, na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob orientação da Profa. Dra. Giselle Modé Magalhães

São Carlos

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e avós, que, com seu esforço e dedicação incansáveis, me proporcionaram a base e o suporte necessários para alcançar meus objetivos. Sob o calor dos desafios enfrentados, eles foram a sombra protetora que me permitiu prosperar e alcançar o sucesso.

Isabely Vitória Caruso da Silva

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido realizado sem a colaboração e o apoio de várias pessoas significativas em minha vida, que de forma direta ou indireta contribuíram para sua realização.

Gostaria de agradecer sinceramente a todos os professores que fizeram parte desta jornada. À Prof. Dra. Giselle Modé Magalhães pelos ensinamentos, orientação, confiança no meu trabalho, respeito e interesse em me ajudar.

Agradeço também a toda a minha família — mãe, pai, irmã, tia, tio e avó — pelo exemplo, encorajamento e pela persistência inabalável.

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante todos os meus anos de estudo.

Sumário

2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	6
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: “Transtornos” e ou “problemas” de aprendizagem .	12
2.1 Transtornos de aprendizagem ou problemas de escolarização?	12
2.2 Problemas de aprendizagem pós-pandemia.....	15
2.3 Avaliação psicopedagógica	16
3. OBJETIVO	17
4. METODOLOGIA	17
5. RESULTADOS DA PESQUISA	23
5.1 História da Psicopedagogia no Brasil.....	24
5.2 Quais são as áreas de atuação da Psicopedagogia?	25
5.3 Como se deu a formação do Psicopedagogo?	26
5.4 Cursos de formação no Brasil.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou compreender a psicopedagogia enquanto área de atuação profissional no Brasil. Por meio de uma busca bibliográfica em bases de dados científicas (CAPES, SciELO e Google Acadêmico), foi feito um levantamento sobre a história de constituição desta ciência, assim como sobre a atuação do/a psicopedagogo/a no cotidiano escolar. Os resultados mostram que a psicopedagogia teve sua origem na Europa no século XIX e chegou ao Brasil influenciada principalmente pela Argentina. Ao longo dos anos, a psicopedagogia brasileira passou a considerar, além de fatores orgânicos, elementos culturais, institucionais e socioeconômicos na compreensão das dificuldades de aprendizagem, ampliando sua atuação para além da prevenção do fracasso escolar e buscando otimizar os processos de ensino e aprendizagem de forma integrada. Encontramos também que a atuação psicopedagógica se divide em dois principais campos: clínico, focado na recuperação de crianças com dificuldades; e institucional, voltado à prevenção. Além disso, a área se expandiu para a saúde e o setor empresarial. A formação dos psicopedagogos no Brasil começou entre as décadas de 1950 e 1970, com o surgimento de cursos especializados e a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) em 1980. A regulamentação da profissão ocorreu mais recentemente com o PL 1.675/2023, que reconhece tanto cursos de graduação quanto especializações em Psicopedagogia. O estudo concluiu que há uma necessidade urgente de políticas públicas integradas, formação contínua de psicopedagogos/as e maior conscientização dos profissionais de educação para melhorar a qualidade dos serviços prestados, garantindo uma educação inclusiva e adaptada às necessidades dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Problemas de aprendizagem. Formação em psicopedagogia.

2. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Nossa pesquisa teve como principais objetivos compreender a história da psicopedagogia e a evolução de sua prática ao longo do tempo, analisando a rede de atuação dos psicopedagogos e seu objeto de pesquisa. Buscamos investigar as percepções dos pesquisadores sobre a psicopedagogia, incluindo o aumento da oferta de cursos e a demanda por laudos e diagnósticos, especialmente em resposta às dificuldades ampliadas pela pandemia. Além disso, pretendemos identificar quem são os profissionais formados na área, as medidas adotadas para atender as

demandas nas instituições de ensino e como os educadores estão lidando com as necessidades dos alunos com transtornos de aprendizagem. A motivação para a pesquisa surgiu da observação das crescentes discussões sobre dificuldades de aprendizagem nas escolas. A metodologia empregada foi uma pesquisa bibliográfica sistemática em bancos de dados reconhecidos, como CAPES, SciELO e Google Acadêmico.

Certamente os problemas no processo de ensino e aprendizagem são tão antigos quanto as escolas em nossa sociedade, pois desde que nos organizamos para ensinar determinados conteúdos para nossas crianças e jovens, também foi preciso nos organizarmos para lidar com as dificuldades encontradas no processo de escolarização. E, também, é certo que as soluções encontradas para lidar com tais problemas estão circunscritas às possibilidades de cada momento histórico, afinal, a ciência é sempre a ciência de um tempo histórico.

Desta forma, antes de adentrar nas especificidades da psicopedagogia enquanto área de atuação, faz-se necessário uma breve contextualização sobre as relações entre a psicologia e a educação, as quais são marcadas por diversas mudanças e contribuições, e sua historicidade possui uma diversidade de áreas de conhecimento.

De acordo com Barbosa (2012) a Psicologia Educacional é um campo de conhecimento que abrange tanto a dimensão teórica como a prática e, sobretudo, a prática do compromisso político-moral com as questões educacionais e escolares e seu aperfeiçoamento, utilizando a interface do conhecimento gerado pelas ciências humanas. A evolução da Psicologia Educacional teve um papel importante na consolidação da Psicologia como ciência e profissão no país.

Barbosa (2012) faz um recorte histórico da Psicologia Educacional no Brasil, propondo cinco períodos para compreensão desta área de atuação que segue em construção em nosso país. A autora propõe como primeiro período o pré-institucional (colonial), no qual a Psicologia era integrada a outras áreas como a medicina e a educação, com influências da educação jesuítica e da psiquiatria. No século XIX, a psicologia começou a ser institucionalizada, com a criação de teorias e a entrada desta ciência no currículo das escolas normais, o que contribuiu para a formação de professores. Nesse período surgiram publicações científicas e as primeiras teorias ligando a psicologia à educação e à medicina, consolidando a psicologia educacional como um campo independente.

O segundo período é denominado por Barbosa (2012) como fase de autonomização (1890-1930), no qual a psicologia começou a se estabelecer como uma ciência independente, com métodos e objetos de estudo próprios. No Brasil, isso se reflete na criação de laboratórios de psicologia e no fortalecimento da área nos ambientes acadêmicos. O terceiro período, de consolidação (1930-1962), assistiu à criação das primeiras sociedades psicológicas e à expansão da aplicabilidade da psicologia a vários campos, incluindo a educação. Esse período lançou as bases para a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil em 1962, que marcou o início do quarto período, de profissionalização. Segundo Barbosa (2012), a profissionalização (1962 em diante) começou com a regulamentação da profissão de psicólogo no Brasil, estabelecendo a Psicologia como uma profissão reconhecida no país.

A autora destaca ainda que durante esse período de profissionalização, a Psicologia educacional começou a se firmar como campo de estudo, influenciada pela psicanálise e pelas contribuições norte-americanas, especialmente na educação especial e na classificação de alunos com dificuldades de aprendizagem, considerados "desajustados" ou "anormais". Essa fase também viu a consolidação de um foco na avaliação e classificação dos estudantes, utilizando testes psicométricos e abordagens psicanalíticas para identificar e tratar aqueles com dificuldades. Ou seja, a Psicologia educacional passou a se concentrar no ajustamento e normatização dos alunos, refletindo os interesses políticos e econômicos do sistema capitalista.

Barbosa (2012) aponta, dentro deste período de profissionalização da profissão, que a partir da década de 1960, o desenvolvimento da psicologia escolar concentrou-se mais na identificação e tratamento de problemas de aprendizagem e na orientação profissional. E, na década de 1970, a forte influência do behaviorismo e da tecnologia educacional levou ao surgimento de teorias como a da carência cultural¹ para explicar o fracasso escolar. A teoria da carência cultural, influente até hoje no ideário escolar, tornou-se a principal explicação para as dificuldades de aprendizagem, e programas de educação compensatória. Barbosa (2012) aponta que durante esse período, houve um aumento na oferta de serviços de Psicologia escolar, especialmente em secretarias municipais de Educação, que muitas vezes focavam em avaliações

¹ Essa teoria surgiu nos Estados Unidos como resultado dos movimentos de reivindicação das minorias negras e dos imigrantes latinos, que apresentavam baixo desempenho escolar, a questão central era: por que tantas crianças negras e imigrantes não conseguiam aprender nas escolas públicas americanas? Para responder a essa pergunta, psicólogos e outros profissionais começaram a investigar as causas dos problemas de aprendizagem, focando em aspectos como desenvolvimento infantil, nutrição, linguagem, estimulação, cognição, inteligência, motricidade, entre outros. No entanto, os resultados dessas pesquisas com crianças de minorias eram comparados aos de crianças de classe média e alta, brancas e empregadas, cujos desempenhos eram considerados o padrão de normalidade (BARBOSA, 2012).

psicométricas e tratamentos clínicos para os chamados problemas de aprendizagem.

No entanto, este modelo de atuação taxativo, que coloca o problema de aprendizagem no/a aluno/a, e que se limita à aplicação de testes para avaliação da criança, objetivando, em última instância, um ensino adaptado às supostas deficiências de cada criança, será fortemente criticado por um grupo de pesquisadoras/es na década de 1980, com destaque para a tese de Maria Helena Souza Patto, divulgada amplamente em seu livro *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Para este grupo, a psicologia educacional estava se consolidando como uma ciência que, muitas vezes, reforçava as desigualdades ao invés de combatê-las.

A pesquisa de Patto (1990) analisa a relação entre educação, preconceito e classe social, destacando como a história da psicopedagogia reflete na realidade escolar dos alunos de comunidades periféricas. No contexto da década de 70 e suas repercussões atuais, seu estudo revela que as dificuldades enfrentadas por estudantes de favelas são muitas vezes atribuídas a estereótipos de inferioridade intelectual, perpetuados por discursos que ignoram os fatores sociais e econômicos.

A autora documenta a desumanização do trabalhador, que migra para a cidade devido ao avanço industrial e ao capitalismo, resultando em condições de vida precárias. A teoria da carência cultural substitui a visão de incapacidade intelectual por uma crítica ao ambiente social, onde a falta de recursos e oportunidades molda a experiência educacional. A segregação social é evidente tanto entre classes quanto dentro das próprias comunidades, refletindo uma rivalidade entre moradores que buscam diferenciação social. Apesar dos avanços na educação e da promoção de políticas de inclusão, o preconceito continua a afetar o desempenho e a autoestima dos alunos.

É possível concluir a partir da tese de Patto (1990), a inevitável necessidade de uma educação que não apenas reconheça, mas também combata as desigualdades sociais. Para que a educação seja verdadeiramente igualitária, é imprescindível abordar todos os fatores que influenciam a aprendizagem e garantir um compromisso compartilhado entre educadores, alunos e suas famílias. A utopia da igualdade plena na educação exige reformas significativas e uma mudança cultural profunda.

Assim, a análise do que era oferecido nesses serviços, juntamente com uma crítica às abordagens psicométricas, à teoria da carência cultural e às práticas clínicas na escola, deu

origem ao que Barbosa (2012) denominou de movimento da psicologia escolar crítica, quinto período histórico analisado por ela, o qual propôs uma mudança de foco: não mais focar nos alunos ou em seus supostos problemas pessoais, mas começar a analisar os processos e a macroestrutura da escolarização. Passa-se, conforme Barbosa (2012), a compreender que o não aprender na escola não pode ser explicado por questões individuais, organicistas ou por problemas de ordem socioambiental. A Psicologia educacional e escolar começa, então, a se concentrar principalmente em entender não por que a criança não aprende, mas sim o que acontece no processo de escolarização que leva à formação daquele que aparentemente não aprende. Essa perspectiva crítica começou a moldar o campo nas décadas de 1990 e 2000, propondo novos parâmetros para pesquisa, formação e prática em psicologia educacional e escolar, e segue até os dias de hoje fazendo a necessária crítica aos mecanismos de patologização e exclusão de crianças com problemas de escolarização.

Dentro desta linha, Souza (2010) também faz uma crítica à atuação limitada da Psicologia Escolar na melhoria da qualidade das escolas, especialmente para as crianças das classes populares. A autora destaca que os problemas de aprendizagem afetam principalmente as crianças das classes populares, frequentemente atribuídos a fatores psicológicos, biológicos ou socioeconômicos. No entanto, ela aponta que essa visão é preconceituosa e simplista, ignorando as complexas questões institucionais, políticas e estruturais presentes nas escolas, que perpetuam a exclusão dos mais pobres.

Isso significa que, em sua história a Psicologia Escolar fortaleceu uma visão biologizante e medicalizante do fracasso escolar, e não podemos dizer que esta vertente não exista mais, pois tais práticas ainda são encontradas frequentemente dentro das escolas. Mas, segundo Souza (2010), houve um momento de autocrítica, em que a psicologia escolar ainda estava buscando encontrar o seu espaço de atuação por uma vertente crítica, e foi este momento que abriu espaço para que outras ciências ampliassem sua atuação junto ao fenômeno das dificuldades de aprendizagem, dentre elas a Psicopedagogia, objeto de estudo desta pesquisa. Ou seja, a psicopedagogia ganha espaço, no Brasil, em um momento em que a psicologia escolar começa a criticar sua própria atuação e buscar outras formas de se inserir nas escolas.

A psicopedagogia, junto com a psicomotricidade, neurociências etc., segundo Souza (2010), ainda se utilizam de uma abordagem clínica e reforçam a ideia de que o problema está na criança e que tratamentos individuais podem resolver o não aprender, muitas vezes fora do ambiente escolar. No entanto, perguntamo-nos o quanto esta crítica mantém-se atual, tendo em

vista que ela vem sendo feita desde a década de 1980 e a psicopedagogia também vem avançando em sua área de atuação desde então.

Desta forma, chegamos ao problema que nos colocamos nesta pesquisa, qual seja, compreender melhor a área de atuação da psicopedagogia visando localizar sua história, forma de atuação e formação dos profissionais na atualidade. Cabe destacar que o termo psicopedagogia pode causar dúvidas e confusões para seu entendimento. Bossa (2000) afirma que quanto mais as pessoas e/ou determinadas instituições tentam compreender o termo Psicopedagogia, menos nítido ele fica, pois há uma ambiguidade tanto na palavra quanto nas coisas que ela reporta. A autora ressalta que, à primeira vista, o termo parece retratar uma aplicação da Psicologia à Pedagogia, como encontramos no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2010), no qual o termo é definido como “aplicação da psicologia experimental à pedagogia”. Mas tal concepção não esclarece o real significado que o termo assume desde o seu surgimento.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia surgiu da necessidade de aprofundar a compreensão do processo de aprendizagem, e vai além da simples aplicação da Psicologia na Pedagogia, se configurando também como uma forma de produção de conhecimento científico. A Psicopedagogia não é apenas uma aplicação da Psicologia à Pedagogia, mas é uma nova constituição de uma área que usufrui dos conhecimentos dessas duas áreas, utilizando seu objeto de estudo por meio de um campo teórico próprio. Nesta mesma direção, Marques e Picetti (2016) salientam que a psicopedagogia é uma área de conhecimento voltada para os processos de aprendizagem e suas dificuldades.

Dito isso, a despeito das importantes contribuições que a psicologia da educação vem trazendo para a educação escolar (inclusive da crítica aos processos medicalizantes e clínicos na educação), trouxemos neste trabalho um estudo específico acerca da ciência psicopedagógica. Uma ciência que vem se fortalecendo neste tempo histórico e que tem sido muito difundida, mas talvez pouco compreendida pela comunidade escolar. O que é, afinal, a psicopedagogia? Quais as especificidades desta área de atuação? Quais são os profissionais que trabalham nesta área? Qual o objeto de estudo desta ciência? Estas são as perguntas que nortearam esta monografia. Todas motivadas pela experiência da autora nos estágios realizados durante o curso de pedagogia ao observar uma grande quantidade de crianças com diagnósticos de transtornos de aprendizagem, assim como os debates acerca destes problemas.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: “Transtornos” e ou “problemas” de aprendizagem

2.1 Transtornos de aprendizagem ou problemas de escolarização?

Não há consenso na literatura sobre a denominação que indica os problemas relacionados aos processos de aprendizagem. Certamente o termo utilizado nos indica o grupo teórico que o/a pesquisador/a está vinculado, ou seja, dentro da psicopedagogia encontramos materiais utilizando *transtornos de aprendizagem*, mas sabemos que dentro de uma concepção crítica de atuação da psicologia na educação, usa-se o conceito de *problemas de escolarização*, uma vez que este termo abarca o fenômeno de forma mais ampla e multideterminada.

Como o objetivo desta pesquisa é compreender a área de atuação da psicopedagogia, apresentamos neste tópico o que se entende por transtornos de aprendizagem. Estes transtornos são descritos no DSM 5 (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders) ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, documento criado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) para padronizar os critérios diagnósticos das desordens que afetam a mente e as emoções. Muitos sites e publicações têm disponibilizado estes critérios para a população em geral, como o site da MSD², que apresenta de forma bem sistemática as definições e critérios para o diagnóstico dos transtornos de aprendizagem.

Conforme o referido site, transtorno de aprendizagem é considerado um tipo de transtorno do neurodesenvolvimento e os distúrbios do neurodesenvolvimento são distúrbios neurológicos que aparecem na primeira infância, geralmente durante os anos pré-escolares. Esses transtornos prejudicam o desenvolvimento do funcionamento pessoal, social, acadêmico e/ou ocupacional e muitas vezes envolvem dificuldade em adquirir, manter ou aplicar habilidades ou conjuntos de informações específicos. Esses transtornos podem envolver prejuízos na atenção, memória, percepção, linguagem, resolução de problemas ou interação social. Ainda de acordo com o site em questão, outros distúrbios comuns do neurodesenvolvimento incluem transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, transtorno do espectro do autismo e deficiência intelectual. O diagnóstico inclui avaliação médica, psicológica, intelectual, educacional, fonoaudiológica. O

² <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/disturbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/visao-geral-dos-transtornos-de-aprendizagem>

tratamento consiste principalmente em abordagens educacionais e, às vezes, em terapias médicas, comportamentais e psicológicas.

Portanto, diferenciando os dois conceitos, Transtornos de aprendizagem, conforme descrito no DSM-5, são classificados como transtornos do neurodesenvolvimento, podendo envolver prejuízos em áreas como atenção, memória, percepção, linguagem e interação social. Por outro lado, problemas de aprendizagem referem-se a dificuldades que podem ser transitórias ou relacionadas a fatores externos, como ambientes de ensino inadequados, falta de suporte familiar ou estresse emocional. Esses problemas não são necessariamente indicativos de um transtorno neurológico, e muitas vezes podem ser resolvidos com intervenções educativas adequadas.

Dentro dos transtornos ou distúrbios do neurodesenvolvimento, tem-se os específicos da aprendizagem (TEAp). Oliveira (2021) explica que TEAp refere-se a um distúrbio neurobiológico persistente que afeta a capacidade de aprendizagem. A Associação Americana de Psiquiatria estima que entre 5% e 15% da população mundial sofra de TEAp, o que no Brasil corresponderia a cerca de 10 milhões de pessoas. Esse transtorno é subdividido em três tipos: dislexia (principal dificuldade com leitura), discalculia (dificuldades com matemática) e disortografia (problemas na escrita).

Existem críticas e problematizações em relação aos diagnósticos e laudos apresentados atualmente, como de dislexia, TDAH etc; será que esses transtornos de fato existem? Os diagnósticos são confiáveis? Na notícia³ publicada pelo Jornal da USP (2024) foi possível constatar que, segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), aproximadamente 2 milhões de pessoas no Brasil sofrem de TDAH. O aumento dos casos levantou questões sobre as possíveis causas desse crescimento, com algumas pessoas até questionando a existência do transtorno ou sugerindo que ele tem sido banalizado.

Anaísa Leal Barbosa Abrahão, doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP, explica na referida notícia que o TDAH é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por desatenção, desorganização, hiperatividade e impulsividade que interfere em várias áreas da vida. Ela aponta que o transtorno geralmente se manifesta na infância, mas pode continuar na vida adulta. Entretanto,

³ Notícia retirada do Jornal da USP:

<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/estudo-revela-equivoco-em-diagnosticos-de-tdah-em-criancas/>

ainda não há consenso sobre as causas exatas do TDAH. De acordo com Abrahão, estudos sugerem que tanto fatores ambientais quanto genéticos podem influenciar o desenvolvimento do transtorno. Entre os fatores ambientais estão a prematuridade, exposição a substâncias como tabaco, álcool e drogas durante a gravidez, baixo peso ao nascer, problemas psicológicos maternos, complicações no parto e lesões cerebrais. Ela ressalta, no entanto, que o TDAH não possui um marcador biológico específico, e embora certos genes possam estar associados ao transtorno, eles não são determinantes por si só.

Anaísa expressa preocupação com a banalização do diagnóstico de TDAH e destaca o risco de falsos positivos. Ela menciona uma pesquisa realizada na USP em 2022, na qual foram avaliadas 43 crianças com diagnóstico médico de TDAH. Surpreendentemente, apenas três delas realmente preencheram os critérios para o transtorno quando submetidas a escalas de avaliação específicas. O estudo também revelou um uso generalizado de metilfenidato, um dos medicamentos mais comuns para o tratamento do TDAH. Entre os 43 participantes, a maioria estava tomando essa medicação, mas sem apresentar melhorias significativas nos principais sintomas do transtorno ou nos problemas de comportamento relatados por familiares e professores. Anaísa sugere, portanto, que o tratamento do TDAH deve ser mais amplo e incluir intervenções psicossociais, em vez de depender apenas de medicamentos. Ela enfatiza que o tratamento do transtorno deve ir além do uso de psicoestimulantes.

Uma pesquisa⁴ realizada por Stephen Brian Sulkes publicada no Manual MSD (2022) afirma que, o TDAH afeta entre 5% e 15% das crianças. No entanto, muitos especialistas acreditam que esse transtorno é frequentemente superdiagnosticado, em grande parte devido à aplicação imprecisa dos critérios de diagnóstico. O TDAH não possui uma causa única e específica, sendo influenciado por fatores genéticos, bioquímicos, sensorio-motores, fisiológicos e comportamentais. Entre os fatores de risco estão o baixo peso ao nascer (menos de 1.500 g), traumatismos cranianos, deficiência de ferro, apneia obstrutiva do sono, e a exposição a substâncias como chumbo, álcool, tabaco e cocaína durante a gestação. Além disso, o TDAH está associado a experiências adversas na infância. Cerca de 5% das crianças com TDAH apresentam evidências de lesão neurológica.

⁴ Pesquisa retirada do Manual MSD:

<https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/distúrbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/transtorno-de-deficit-de-atenção-hiperatividade-tda,-tdah>

Portanto, fica perceptível para nós o quão difícil é avaliar e fechar um diagnóstico de TDAH ou dos transtornos específicos de aprendizagem, o que exige profissionais qualificados e experientes no assunto, motivo pelo qual nos perguntamos sobre a formação destes profissionais.

2.2 Problemas de aprendizagem pós-pandemia

Com a pandemia mundial do COVID-19, as escolas e profissionais da educação começaram a enfrentar maiores dificuldades para lidar com as necessidades e/ou especificidades de alunos com possíveis transtornos de aprendizagem, ao mesmo tempo em que pesquisas e discussões a respeito das dificuldades de aprendizagem, dos transtornos e deficiências se tornaram cada vez mais necessárias.

De acordo com a notícia⁵ publicada pelo Senado Federal em 2021, que a pandemia acentuou o déficit educacional e há uma necessidade ainda maior de ações do poder público frente à essas demandas. Destacamos alguns pontos que comprovam essa situação: 1) Suspensão prolongada das atividades presenciais: O Brasil registrou uma média de 279 dias de suspensão das atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); 2) Perda significativa de aprendizagem: Estudos indicam que, no ensino remoto, os estudantes aprenderam apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do conteúdo de língua portuguesa, em comparação com o que seria aprendido nas aulas presenciais; 3) Impacto desigual nas redes pública e privada: Enquanto 70,9% das escolas particulares ficaram fechadas no ano de 2020, o número é consideravelmente maior na rede pública, com 98,4% das escolas federais, 97,5% das municipais e 85,9% das estaduais fechadas; 4) Desigualdades socioeconômicas: O perfil socioeconômico dos estudantes da rede pública tornou mais difícil o acesso a equipamentos e conectividade para participar das atividades remotas, agravando as desigualdades educacionais. Portanto, após a pandemia e o aumento do déficit educacional, a necessidade de profissionais adequados, recursos e formações continuadas para as instituições de ensino se tornou ainda mais necessária.

Uma notícia da página Inovações em Educação⁶ da autora Maria Victória Oliveira (2021)

⁵ Notícia retirada da página Senado Notícias: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoas-do-poder-publico>

⁶ Retirada de Inovações em Educação: <https://porvir.org/transtornos-de-aprendizagem-ainda-sao-pouco->

também nos traz dados importantes para refletirmos. Segundo a autora, durante a pandemia de Covid-19, muito se discutiu sobre as dificuldades de acesso ao sinal de internet para a realização de aulas remotas. No entanto, outras dificuldades também devem ser consideradas. A autora traz o relatório "Perfil do transtorno específico da aprendizagem no Brasil: custos para as famílias e impactos da pandemia de Covid-19", elaborado pelo Instituto ABCD, o qual aponta que 78,8% das famílias entrevistadas indicaram que a escola não forneceu orientações adequadas para o ensino a distância, e 85,4% relataram a falta de atividades adaptadas para alunos com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp).

Nesse contexto, ela destaca que aumentar a conscientização é crucial para melhorar as condições de aprendizagem de crianças e jovens com TEAp, começando pelos professores em sala de aula. "Quando o professor está bem informado e dispõe de uma rede de apoio para diagnóstico e acompanhamento especializado, a vida do aluno com transtorno específico da aprendizagem é positivamente impactada", esclarece.

2.3 Avaliação psicopedagógica

Os TEAp têm sido objeto de estudo da psicopedagogia desde a sua origem, no entanto, Oliveira (2021) destaca a ausência de uma política nacional específica para pessoas com TEAp no Brasil, afetando o diagnóstico, a qualidade do diagnóstico, a capacitação dos profissionais de educação e a elaboração de planos educacionais individualizados. A Lei Brasileira de Inclusão não menciona TEAp, mas a legislação sugere o uso de tecnologia assistiva, como softwares de correção ortográfica e audiolivros, para apoiar esses alunos. A média de idade para diagnóstico de TEAp é de 8,6 anos para crianças e 21,8 anos para adultos, com quase um terço dos adultos diagnosticados após os 30 anos. Associações internacionais recomendam a avaliação entre 6 e 7 anos para evitar defasagem escolar e impactos emocionais.

A dificuldade de acesso ao diagnóstico é um desafio, com 34,3% das famílias viajando para obter avaliação. A maioria dos diagnósticos ocorre em serviços particulares, e 30% das famílias consultaram mais de cinco especialistas. O custo médio para a avaliação é acima de R\$2 mil, e 62% das famílias gastam mais de R\$800 por mês em acompanhamento terapêutico. A falta de diagnóstico e acompanhamento adequado, especialmente durante a pandemia, gerou

efeitos negativos significativos, como tristeza e ansiedade em 80% das crianças com dislexia e dificuldades profissionais em 72,7% dos adultos com dislexia. Em resposta, o Instituto ABCD lançou uma ferramenta gratuita de triagem para dislexia, disponibilizado desde 6 de outubro de 2021, para melhorar a identificação precoce e orientar as famílias e escolas.

Diante de temática tão relevante para a educação escolar, entendemos que temos um problema objetivo na realidade educacional quando observamos os transtornos de aprendizagem decorrentes de problemas de escolarização. Desta forma, assumimos a referida problemática ao buscar compreender melhor a psicopedagogia enquanto área de atuação.

3. OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa foi compreender o campo de atuação do/a psicopedagogo/a no Brasil, assim como a história de constituição desta ciência, a fim de orientar a atuação do/a pedagogo/a no cotidiano escolar.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica sistemática em banco de dados reconhecidos pela comunidade científica, quais sejam: CAPES, SciELO e Google Acadêmico.

As palavras-chave utilizadas foram: Psicopedagogia, História, Formação, Atuação, Covid-19, Impactos e Aprendizagem, as palavras foram utilizadas de acordo com o assunto em que buscávamos, exemplos: Psicopedagogia and História, Psicopedagogia and Atuação, Covid-19 and Impactos. Com essas palavras-chave foi possível encontrar na SciELO 10 artigos, CAPES 36 artigos e Google Acadêmico em média 15 mil artigos. De início selecionamos 20 artigos que o título e as palavras-chave condizem com a temática da pesquisa, após a leitura do resumo destes artigos foram selecionados 8 para leitura completa:

TÍTULO	AUTOR (ES)	ANO	RESUMO	REFERÊNCIA
A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática	Nadia A. Bossa	2000	É um livro que procura analisar o olhar da Psicopedagogia focada na aprendizagem e no processo de ensino-aprendizagem que se dá pela análise de comportamentos cognitivo-intelectual e simbólico-afetivo na produção de conhecimento. Ainda, constitui um conjunto de práticas institucionalizadas de intervenção no campo da aprendizagem, seja no âmbito da prevenção, seja no diagnóstico e no tratamento das dificuldades de aprendizagem, ou ainda, na intervenção específica no processo de aprendizagem escolar.	BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. BUSIN, Anete.

Formação e atuação profissional do psicopedagogo nos municípios da região sul do Brasil	Caroline Elizabel Blaszkó; Evelise Maria Labatut Portilho	2021	Neste artigo, apresentam-se dados referentes aos psicopedagogos atuantes na rede pública municipal em três estados da Região Sul do Brasil. Objetivou-se mapear o serviço psicopedagógico oferecido nas redes públicas municipais de educação do sul do Brasil e investigar a formação dos profissionais psicopedagogos.	BLASZKO, Caroline Elizabel e PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Formação e atuação profissional do psicopedagogo nos municípios da região sul do Brasil. Rev. psicopedag. [online]. 2021, vol.38, n.115, pp. 30-43. ISSN 0103-8486. http://dx.doi.org/10.512/07/2179-4057.20210003 .
Análise Histórica do surgimento da Psicopedagogia no Brasil	Ana Araújo Costa; Telma Maranhão Gomes Pinto; Márcia Siqueira Andrade	2013	O artigo tem por objetivo principal relatar, em uma perspectiva histórica, a origem e a evolução da Psicopedagogia no mundo. Iniciando pelo relato do surgimento da Psicopedagogia em território europeu, ainda no século XIX, destacando algumas contribuições teóricas da França e o percurso efetivado na Argentina, país de participação efetiva no avanço da Psicopedagogia brasileira. Em seguida, apresenta-se a introdução e o desenvolvimento da prática	COSTA, Ana Araújo; PINTO, Telma Maranhão Gomes; DE ANDRADE, Márcia Siqueira. Análise Histórica do surgimento da Psicopedagogia no Brasil. ID on line. Revista de psicologia , v. 7, n. 20, p. 10-21, 2013.

			psicopedagógica no Brasil, que foi disseminada por seus vários Estados. Conclui-se, com uma breve apresentação de como se dá a formação profissional do psicopedagogo nos dias atuais, no Estado brasileiro.	
Psicopedagogia e Sociedade. História, concepções e contribuições	Marisa Aguetoni Fontes	2006	Aborda a história da Psicopedagogia, dos primórdios aos dias contemporâneos, e verifica uma parcela da produção científica no Brasil sobre o tema em um período de 20 anos, caracterizando essa mesma produção segundo seus objetivos, referenciais teóricos, tipos de pesquisa, conclusões e concepções. Apresenta também, segundo o referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade e com ênfase no pensamento de Theodor Adorno, uma reflexão sobre essa área de conhecimento, apontando suas falhas e suas contribuições para uma educação emancipatória.	FONTES, Marisa Aguetoni. Psicopedagogia e Sociedade. História, concepções e contribuições. São Paulo: Vetor, 2006.
O que é psicopedagogia: uma breve revisão bibliográfica	Tania Beatriz Iwaszko Marques; Jaqueline Santos Picetti	2016	Este texto consiste em uma breve revisão bibliográfica a respeito da Psicopedagogia. Centra-se numa tentativa de definição do seu papel, dos seus fundamentos teóricos e de sua área de atuação.	MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko; PICETTI, Jaqueline Santos. O que é psicopedagogia: uma breve revisão

			Além disso, busca-se delimitar suas especificidades e formas de atuação, em contraste com áreas afins. Este trabalho está vinculado a dúvidas levantadas por cursistas de uma Especialização em Psicopedagogia quanto a uma definição da área. O objetivo é auxiliar na identificação e depuração de alguns aspectos básicos no que diz respeito às definições e especificidades do trabalho psicopedagógico.	bibliográfica. Psicopedagogia e TICs. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016., 2016.
Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares	Marcos Tadeu Garcia Pattera	2014	O artigo aborda as diferentes complexidades com as quais o psicopedagogo se depara nos contextos institucionais escolares. Baseando-nos em diversos autores, cruzamos informações a fim de levar conhecimento aos profissionais de Psicopedagogia, sobre a difícil tarefa de lidar com as dificuldades de aprendizagem, dentro da escola.	PATERRA, Marcos Tadeu Garcia; RODRIGUES, Silvestre Coelho. Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares. Educação, gestão e sociedade: revista da faculdade Eça de Queirós , v. 14, n. 04, 2014.
A necessidade de um psicopedagogo na escola	Alice Conceição Rosa	2014	O artigo tem por objetivo analisar a necessidade do psicopedagogo na	ROSA, Alice Conceição. A

		<p>escola. Esse profissional trabalha em prol da melhoria do processo ensino/aprendizagem e possibilita que o esforço empreendido pelos profissionais da educação surja efeito junto às crianças com dificuldades de aprendizagem e de comportamento. A pesquisa de campo foi desenvolvida em uma escola da rede pública estadual utilizando como metodologia questionários e entrevista. Os questionários foram respondidos por profissionais da área da educação e a entrevista realizada com uma psicóloga que atua na área psicopedagógica mais atendendo fora da escola. A escola analisada não possui um profissional psicopedagogo, procuramos então entender quais as atitudes tomadas pela equipe escolar para sanar os problemas de aprendizagem e como o psicopedagogo poderia ser útil. Por meio da análise dos dados colhidos foi possível perceber a importância e a necessidade da atuação de um psicopedagogo na escola, pois o mesmo auxiliaria de forma mais efetiva a toda</p>	<p>Necessidade de um Psicopedagogo na escola. Cadernos da FUCAMP, v. 13, n. 19, 2014. ROSA, Alice Conceição. A Necessidade de um Psicopedagogo na escola. Cadernos da FUCAMP, v. 13, n. 19, 2014.</p>
--	--	---	---

			comunidade escolar e, principalmente, a professora apontando formas, ações e estratégias de como trabalhar com alunos com problemas de aprendizagem ou de comportamento.	
--	--	--	--	--

Os critérios estabelecidos para a seleção de artigos foram: 1. Apresentar conteúdos relacionados à história da psicopedagogia; 2. Apresentar conteúdos relacionados à atuação do/a psicopedagogo/a; 3. Apresentar reflexões e/ou críticas à esta área do conhecimento. Tais critérios foram fundamentais para garantir a relevância e a profundidade do material analisado. Primeiramente, buscou-se incluir artigos que apresentassem conteúdos relacionados à história da psicopedagogia, permitindo uma compreensão das origens e do desenvolvimento dessa área de estudo ao longo do tempo. Em segundo lugar, foram selecionados textos que abordassem a atuação do/a psicopedagogo/a, evidenciando as práticas, desafios e metodologias utilizados na área, essenciais para orientar a atuação profissional no cotidiano escolar. Por fim, artigos que trouxessem reflexões e críticas sobre a psicopedagogia foram igualmente considerados, pois essas análises são importantes para o fortalecimento e aprimoramento do campo, promovendo um debate mais profundo sobre suas contribuições e limitações. Esses critérios garantiram uma base sólida para a pesquisa, enriquecendo a compreensão do papel do/a psicopedagogo/a no Brasil.

5. RESULTADOS DA PESQUISA

Nessa seção, apresentamos os resultados da pesquisa conduzida para investigar a psicopedagogia enquanto área de atuação, abordando aspectos como: Sua história de surgimento e desenvolvimento no Brasil; Quais são as áreas de atuação da psicopedagogia; formação e cursos dos (as) psicopedagogos (as) atualmente.

Primeiramente destacamos a ampla diversidade de artigos que abordam essa temática, mesmo que seja uma área recente no quesito de reconhecimento das pessoas, profissionais e

diferentes instituições. Após a coleta e análise dos artigos pudemos constatar que os autores discutem uma ampla gama de tópicos relacionados à psicopedagogia, incluindo definição do papel da psicopedagogia, fundamentos teóricos, atuação profissional, complexidades enfrentadas pelos profissionais, origem e evolução da psicopedagogia, entre outros.

5.1 História da Psicopedagogia no Brasil

O surgimento da Psicopedagogia, de acordo com COSTA e col. (2013), se deu na Europa ainda no séc. XIX. De início os filósofos, médicos e educadores pensavam sobre o problema de aprendizagem. A psicopedagoga francesa Janine Mery (1985) aponta como foi no séc. XIX que se iniciou o interesse pela busca de entendimento e atendimento de deficientes sensoriais, debilidade mental, entre outras complicações que dificultasse a aprendizagem. Desde então, no final do séc. XIX diversos educadores passaram a se dedicar às crianças que apresentavam distúrbios de aprendizagem, Mery (1985) aponta que Itard, Pereire e Pestalozzi foram os educadores pioneiros no “tratamento” das defasagens de aprendizagem.

COSTA e col. (2013) ressaltam como a psicopedagogia é uma nova área que busca uma identidade e requer uma formação interdisciplinar. A história da psicopedagogia na Argentina foi definida por meio de suas práticas, surgiu se inserindo de modo particular no campo da aprendizagem. Fontes (2006) respalda que a psicopedagogia teve destaque na Argentina, surgindo a mais de 40 anos com seus ideais pautados na literatura francesa.

Jorge Visca (1935-2000) foi uma figura crucial na história da Psicopedagogia no Brasil, sendo um dos pioneiros na prática dessa área no país. Ele se destacou na fundação do Centro de Estudos Psicopedagógicos de Curitiba e na criação de uma clínica comunitária voltada para o tratamento de dificuldades de aprendizagem. Nas primeiras décadas do século passado, psicólogos argentinos que chegaram ao Brasil e não puderam atuar clinicamente encontraram na educação uma alternativa para seu trabalho. Eles desenvolveram uma nova metodologia para abordar a aprendizagem, que deu origem à Psicopedagogia.

Ainda no artigo de COSTA e col. (2013), fica claro que no Brasil, a psicopedagogia passou por diversas transformações ao longo do tempo, especialmente na compreensão das dificuldades de aprendizagem e na abordagem dos problemas escolares. Na década de 1950, os profissionais da educação no Brasil focavam no atendimento das dificuldades de aprendizagem escolar principalmente através de testes psicológicos que avaliavam deficiências cognitivas. No

entanto, por volta da década de 1960, houve uma mudança significativa na compreensão dessas dificuldades. Em vez de apenas considerar aspectos orgânicos, passou-se a analisar a influência de fatores culturais e institucionais, além de conflitos não resolvidos. Foi nesse período que a psicopedagogia passou por diversas transformações no sentido de compreensão das dificuldades de aprendizagem escolar, os problemas de aprendizagem passaram a estar relacionados a dificuldade dos manejos inadequados das instituições, da carência cultural da sociedade brasileira. Passou a se considerar que a reeducação enquanto intervenção adaptativa pode sofrer influências, o aspecto orgânico do aluno não é descartado mas somado a outros aspectos, entre outras mudanças. A Psicopedagogia começou a evoluir para além da mera prevenção do fracasso escolar, buscando otimizar os processos de ensino e aprendizagem e entender o aprendiz em seu contexto integral, incluindo aspectos orgânicos, subjetivos e socioeconômicos. Em suma, Costa e col. (2013) ressaltam que a Psicopedagogia teve um percurso histórico com muitos percalços, essa profissão teve muitas conquistas porém há muito que se fazer para que tenha seu reconhecimento nos espaços.

5.2 Quais são as áreas de atuação da Psicopedagogia?

Marques e Picetti (2016) trazem uma breve revisão bibliográfica a respeito do que seria a psicopedagogia, que pode ser entendida como uma área de estudo dos processos de aprendizagem e suas dificuldades, por meio de ações profissionais que englobam e sintetizam diversos campos de conhecimento, como ciência pedagógica, fonoaudiológica, neuropsicológica, psicolinguística, entre outras; “[...] a Psicopedagogia é uma área de conhecimento que busca compreender e atuar sobre os processos de aprendizagem, bem como sobre o que os dificulta, a partir da relação de diferentes campos teóricos.” (MARQUES E PICETTI, p. 40, 2016).

A psicopedagogia, segundo Marques e Picetti (2016), possui duas áreas de atuação e trabalho, quais sejam: atendimento clínico, tendo como objetivo a recuperação da criança; e a institucional, tendo como objetivo a prevenção dos problemas de aprendizagem. As autoras concluem que de início a Psicopedagogia se preocupava em “como fazer” por meio de cursos voltados para técnicas, atualmente é notório a necessidade de aprofundamento em questões teóricas e metodológicas que fundamentam a prática psicopedagógica a respeito de como ocorre

os processos de aprendizagem, assim, o objetivo da Psicopedagogia passa a ser mais amplo, a metodologia é apenas um aspecto de todo o processo terapêutico.

Paterra e Rodrigues (2014) abordam como a Psicopedagogia institucional abrange as áreas da saúde, educação e empresarial. Destacando que no âmbito da saúde é oferecido estudos e/ou informações para que se possa ter um diagnóstico precoce da problemática escolar, com o intuito de oferecer soluções e indicações de propostas que auxiliem no redimensionamento da compreensão dos processos psicopedagógicos, para que a intervenção ocorra de forma adequada no contexto inserido. A psicopedagogia no âmbito educacional tem o propósito de tratar da aprendizagem de uma forma inteira, já que a escola é responsável pela formação do ser humano na maioria dos aspectos, portanto o psicopedagogo da instituição escolar tem um caráter preventivo, criando competências e habilidades para solução dos problemas.

Rosa (2014) ressalta que os profissionais de Psicopedagogia trabalham com o intuito de melhoria do processo de ensino/aprendizagem, possibilitando que todo o esforço que os educadores empenham nos alunos com dificuldades traga rendimentos e melhorias significativas, ou seja, a intervenção desse profissional na educação é importante pois serve de suporte para que os demais profissionais inseridos na instituição escolar possam ter bons resultados.

5.3 Como se deu a formação do Psicopedagogo?

De acordo com COSTA e col. (2013), foi entre 1950 e 1970 que surgiram diversos cursos de formação em Psicopedagogia, promovidos por institutos particulares e associações de classe, Em 1979, foi implantado no Instituto Sedes Sapientiae o primeiro curso de Reeducação Psicopedagógica em São Paulo, com uma visão atualizada do sujeito da aprendizagem, refletindo a crescente demanda por essa área.

Na década de 1980 foram criados os primeiros cursos regulamentados de Psicopedagogia no Brasil, com destaque para a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) em 1980 e o primeiro curso regulamentado na Faculdade São Marcos em 1985. Esses desenvolvimentos marcaram o início da institucionalização da profissão de psicopedagogo. O final dos anos 1990 trouxe importantes contribuições teóricas e práticas de psicopedagogos argentinos, espanhóis e franceses. Autores como a argentina Sara Paín e os franceses Jean Marie Dolle e Leandro Lajonquiere, além de outros, ampliam a visão teórica da Psicopedagogia,

enfazando o sujeito psicológico que aprende. Alicia Fernández, psicopedagoga argentina, nesse período de reformulações e construções da Psicopedagogia brasileira, reforçou a importância da Psicanálise para o sujeito que aprende na clínica psicopedagógica e introduziu a abordagem da dinâmica familiar no entendimento dos problemas de aprendizagem. O reconhecimento da Psicopedagogia se expandiu para além do contexto escolar, abrangendo clínicas, hospitais, ambulatórios, abrigos, ONGs, empresas e outras instituições.

A busca pela formalização da profissão avançou com o Projeto de Lei Federal nº 3124 de 1997, que visava criar Conselhos Regionais de Psicopedagogia, e com a Lei nº 128/2000, que estabeleceu a assistência psicopedagógica em instituições de Ensino Básico no Estado de São Paulo. Hoje, a formação em Psicopedagogia é oferecida em cursos de graduação e pós-graduação em várias instituições de Ensino Superior no Brasil, consolidando a profissão e sua importância no campo educacional e clínico.

Marques e Picetti (2016) salientam que a Psicopedagogia possui fundamentos teóricos e técnicos que servem de suporte, como a Psicologia do desenvolvimento nos aspectos cognitivo e afetivo, o desenvolvimento da aquisição da linguagem, a linguística aplicada, técnicas e metodologias da reeducação da leitura e escrita e conhecimento acerca dos processos de aprendizagem.

Blazsko e Portilho (2021) enfatizam o reconhecimento do papel crescente da psicopedagogia na sociedade brasileira, especialmente no contexto escolar, porém, destacam a necessidade de formação contínua e reconhecimento legal da profissão para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos psicopedagogos. As autoras por meio de uma pesquisa qualitativa de doutorado na rede pública municipal em três estados da Região Sul do Brasil, constataram que:

“[...] 386 municípios possuem psicopedagogos atuando na área da educação, variando de 1 a 10 profissionais por município, totalizando 559 psicopedagogos atuantes no cargo. A pesquisa revelou que 464 profissionais atuantes no cargo possuem graduação em Pedagogia. Com relação à formação em nível de pós-graduação, constatou-se que 240 psicopedagogos cursaram especialização em Psicopedagogia, atendendo os requisitos propostos pela Associação Brasileira de Psicopedagogia para atuar no cargo. Outros 183 psicopedagogos têm formação em Psicopedagogia no âmbito institucional e um no âmbito clínico; sendo assim, uma parcela significativa de psicopedagogos possui formação fragmentada na área da Psicopedagogia. E um total de 97 profissionais que atuam no cargo de psicopedagogo possui formações distintas, as quais não têm reconhecimento nacional como campo de formação do psicopedagogo.” (BLAZSCO e PORTILHO, 2021)

Contudo as pesquisadoras conseguiram concluir que é uma área que necessita de mais

ofertas formativas, como concursos e contratação de psicopedagogos para atender as necessidades locais de cada município.

5.4 Cursos de formação no Brasil

Atualmente, para se tornar um psicopedagogo, é necessário possuir diploma de curso superior reconhecido pelo MEC nas áreas de Pedagogia ou Psicologia, além de especialização específica em Psicopedagogia. Algumas universidades já disponibilizam cursos de bacharelado em Psicopedagogia. De acordo com a notícia publicada pelo Senado Federal (2023)⁷ o projeto que regulamenta o exercício da Psicopedagogia no Brasil foi aprovado:

“O [PL 1.675/2023](#) define que os profissionais que podem trabalhar com a psicopedagogia são, primordialmente, aqueles que possuem diploma em curso de graduação nesse campo do conhecimento. Os formados em psicologia, pedagogia e licenciatura, que tenham concluído curso de especialização em psicopedagogia, com duração mínima de 600 horas, também poderão atuar na área.” (Agência Senado, 2023)

Na notícia publicada foi possível constatar que, segundo dados do Ministério da Educação apresentados por Damares, há atualmente 41 cursos de graduação em Psicopedagogia em funcionamento em todo o país, além de 4,5 mil programas de pós-graduação vinculados à área.

A partir da leitura das Diretrizes da formação de psicopedagogos no Brasil publicada pela Associação Brasileira da Psicopedagogia (2019)⁸, foi possível identificar as principais informações sobre a estrutura curricular e a carga horária necessária para a formação em psicopedagogia, além das recomendações para assegurar a qualidade da formação dos profissionais. A estrutura da Carga Horária Lato Sensu possui como conhecimentos específicos a necessidade do curso dedicar no mínimo 360 horas a referências teórico-práticas dentro da área de psicopedagogia. Nas atividades de Intervenção são necessárias pelo menos 90 horas de atividades práticas. Porém, é ressaltado que a formação de 360 horas é insuficiente para uma formação adequada em psicopedagogia, mesmo considerando que os alunos geralmente vêm de áreas relacionadas como pedagogia, psicologia e fonoaudiologia. Ressalta-se a importância

⁷ Notícia retirada da página Senado Notícias: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/projeto-que-regulamenta-profissao-de-psicopedagogo-vai-a-cas>

⁸ Retirada da página da ABPp: <https://www.abpp.com.br/diretrizes-da-formacao-de-psicopedagogos-no-brasil/>

da supervisão em psicopedagogia para qualificar a interlocução em diferentes contextos, facilitando a profissionalização e contribuindo para a atualização e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais.

Em relação ao trabalho de Conclusão de Curso foi possível constatar que, embora a legislação - Resolução 01/2018 do Conselho Nacional de Educação não exija um trabalho de conclusão, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) recomenda que os cursos incluam monografia ou artigo científico para assegurar a qualificação dos profissionais.

Em geral, a respeito dos cursos de Graduação em Psicopedagogia, a ABPp está estudando cursos de graduação, que devem ter uma carga horária mínima de 3200 horas ao longo de quatro anos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015. Existem cursos cadastrados no E-mec, incluindo bacharelados (como os oferecidos pela UFPB e UNIFIEO) e modalidades de ensino a distância (EAD).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras dos artigos e notícias encontradas no decorrer da pesquisa, fica claro que a psicopedagogia surgiu na Europa no século XIX e se desenvolveu significativamente na Argentina antes de chegar ao Brasil. Em território brasileiro a psicopedagogia evoluiu para considerar fatores culturais e institucionais nas dificuldades de aprendizagem, evoluiu para atender às dificuldades de aprendizagem de forma interdisciplinar, abrangendo áreas como saúde e educação. A formação em Psicopedagogia exige cursos superiores e especializações específicas, e a profissão está se consolidando com o reconhecimento legal e a oferta de cursos em várias instituições de ensino.

A pandemia de COVID-19 agravou os desafios das escolas e profissionais da educação em atender alunos com transtornos de aprendizagem. O déficit educacional aumentou, principalmente devido à suspensão das aulas presenciais, com os alunos aprendendo menos nos formatos remotos, exacerbando desigualdades entre escolas públicas e privadas. Alunos com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) enfrentaram dificuldades adicionais, como falta de apoio e atividades adaptadas. Ficou nítido a falta de suporte adequado para alunos com TEAp, 78,8% das famílias relataram falta de orientações para o ensino a distância, e 85,4% mencionaram a ausência de atividades adaptadas. TEAp afeta cerca de 10 milhões de pessoas no Brasil, sendo subdividido em dislexia, discalculia e disortografia, portanto, a ausência de

uma política nacional específica para TEAp impacta negativamente o diagnóstico e o acompanhamento desses alunos.

Contudo, apesar dos diversos avanços da área de estudo, refletimos acerca da necessidade de políticas públicas vigorosas e integradas para enfrentar os desafios educacionais exacerbados pela pandemia, especialmente para alunos com Transtorno Específico da Aprendizagem (TEAp) entre outras deficiências e/ou dificuldades de aprendizagem. A pandemia não apenas expôs, mas também ampliou as desigualdades educacionais, destacando a insuficiência de recursos e suporte para esses alunos.

Portanto, é necessário refletirmos a respeito da confiabilidade e profundidade dos diagnósticos de transtornos de aprendizagem, como dislexia, TDAH e hiperatividade já que é notório que a grande maioria dos diagnósticos são superficiais ou imprecisos. Há a necessidade de uma análise mais crítica dos diagnósticos de transtornos de aprendizagem, de forma a questionar a precisão e a responsabilidade dos profissionais envolvidos. A Psicopedagogia surge como uma área potencialmente mais qualificada para realizar esses diagnósticos, destacamos a importância de uma abordagem mais holística e menos medicalizante. O tratamento e a compreensão dos transtornos de aprendizagem exigem uma análise mais profunda e multidisciplinar, indo além do diagnóstico superficial e da simples prescrição de medicamentos.

É essencial aumentar a conscientização e a capacitação dos profissionais de educação para melhor atender às necessidades específicas desses estudantes. A falta de políticas nacionais específicas e de suporte adequado agrava as dificuldades enfrentadas pelas famílias, destacando a importância de intervenções precoces e contínuas. Além disso, a evolução da psicopedagogia no Brasil mostra um progresso significativo, mas também ressalta a necessidade de reconhecimento formal e contínua atualização dos profissionais. Investir em formação adequada, regulamentação e recursos para a psicopedagogia é essencial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades de aprendizagem, tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Dessa forma, acreditamos que ainda é necessário haver pesquisas em relação ao impacto das desigualdades educacionais nas redes de ensino, dando maior ênfase na dificuldade de acesso e adaptação dos estudantes com transtornos de aprendizagem, deficiências e demais dificuldades de desenvolvimento. É necessário pesquisas a respeito da eficácia das políticas

públicas e programas implementados pelo governo brasileiro pós pandemia covid-19. Sentimos a necessidade de pesquisas que problematizem os tipos de cursos ofertados aos estudantes de psicopedagogia, pois suas grades curriculares e estudos não são aprofundadas da forma que deveriam, é preciso ter o cuidado de não tornar a psicopedagogia como única solução para os chamados “problemas” de aprendizagem, não focar somente no sujeito que possui um “transtorno” de aprendizagem e/ou dificuldade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, D. R.. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 104–123, 2012.

BOSSA, Nadia A. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. BUSIN, Anete.

BLASZKO, Caroline Elizabel e PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Formação e atuação profissional do psicopedagogo nos municípios da região sul do Brasil. *Rev. psicopedag.* [online]. 2021, vol.38, n.115, pp. 30-43. ISSN 0103-8486. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20210003> .

COSTA, Ana Araújo; PINTO, Telma Maranhão Gomes; DE ANDRADE, Márcia Siqueira. Análise Histórica do surgimento da Psicopedagogia no Brasil. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 7, n. 20, p. 10-21, 2013.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Curitiba: Positivo, 2010. FIGUEIREDO, C. de. Os estrangeirismos: resenha e comentário de centenas de vocábulos e locuções estranhas à língua portuguesa.

DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO. IV SIMPÓSIO NACIONAL DE PSICOPEDAGOGIA. Psicopedagogia e Profissionalização: contextos e transformações. 25/10/2019. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/diretrizes-da-formacao-de-psicopedagogos-no-brasil/> . Acesso em: 25/07/2024.

FONTES, Marisa Aguetoni. **Psicopedagogia e Sociedade**. História, concepções e contribuições. São Paulo: Vetor, 2006.

MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko; PICETTI, Jaqueline Santos. O que é psicopedagogia: uma breve revisão bibliográfica. **Psicopedagogia e TICs. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.**, 2016.

MERY, Janine. **Pedagogia Curativa escolar e Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

OLIVEIRA, Maria Victória. Transtornos de aprendizagem ainda são pouco conhecidos e diagnóstico precoce é um dos principais desafios. *Inovações em Educação*, 06/10/2021.

PATERRA, Marcos Tadeu Garcia; RODRIGUES, Silvestre Coelho. Atuação do psicopedagogo nos diversos e complexos contextos de dificuldades de aprendizagem nas instituições escolares. **Educação, gestão e sociedade: revista da faculdade Eça de Queirós**, v. 14, n. 04, 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. . Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/9786587596334> Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/932 . Acesso em 19 setembro. 2024.

ROSA, Alice Conceição. A Necessidade de um Psicopedagogo na escola. **Cadernos da FUCAMP**, v. 13, n. 19, 2014. ROSA, Alice Conceição. A Necessidade de um Psicopedagogo na escola. **Cadernos da FUCAMP**, v. 13, n. 19, 2014.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia na formação do educador. In: *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Campinas : Autores Associados, 1996.

SENADO NOTÍCIAS. Pandemia acentua deficit educacional e exige ações do poder público. Agência Senado. Brasília, 16/07/2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico> . Acesso em: 29 fev. 2024.

SENADO NOTÍCIAS. Projeto que regulamenta profissão de psicopedagogo vai à CAS. Agência Senado. Brasília, 04/07/2023. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/07/04/projeto-que-regulamenta-profissao-de-psicopedagogo-vai-a-cas> . Acesso em: 25 jul. 2024.

SOUZA, M. P. R. (2010). Retornando à patologia para justificar a não aprendizagem escolar: a medicalização e o diagnóstico de transtornos de aprendizagem em tempos de neoliberalismo. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional de Queixa Escolar (Eds.), *Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais à doença de indivíduos* (vol. 1, pp. 57-68). São Paulo: Casa do Psicólogo .

SULKES, S. B. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDA, TDAH). Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/disturbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/transtorno-de-deficit-de-atencao-hiperatividade-tda,-tdah>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

SULKES, S. B. Visão geral dos transtornos de aprendizagem. Disponível em: <<https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/disturbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/visao-geral-dos-transtornos-de-aprendizagem>>. Acesso em: 19 ago. 2024.

VALERI, J. Pesquisadoras alertam para equívocos em diagnósticos de TDAH em crianças. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/estudo-revela-equivoco-em-diagnosticos-de-tdah-em-criancas/>>. Acesso em: 19 ago. 2024.